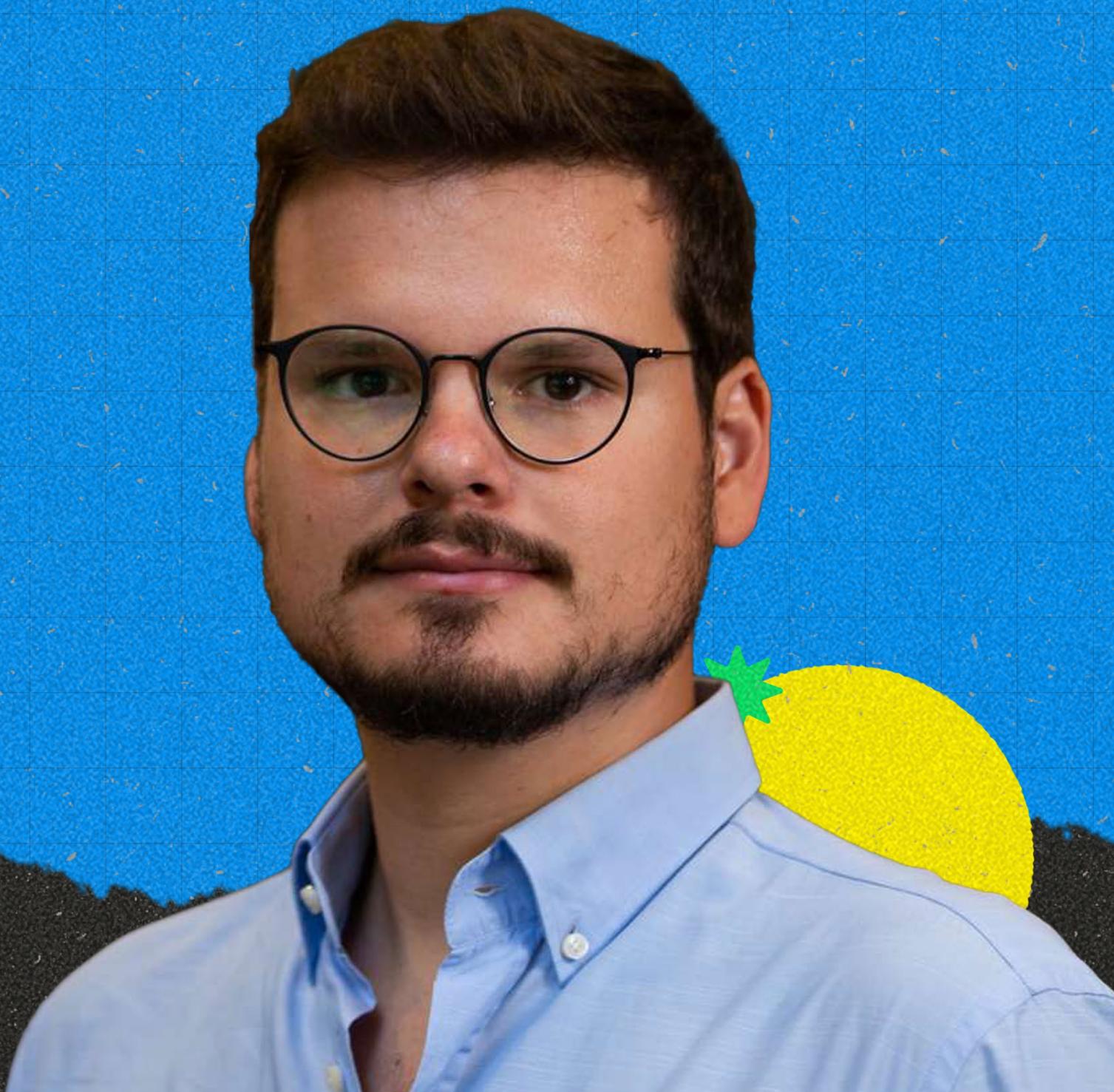




fundação podemos
político para todos

Entrevista COM BRUNO PEGORARI



Fundação Podemos: Como o senhor analisa a atual política de direitos humanos do governo de Jair Bolsonaro? O senhor compreende como positiva ou negativa a gestão da Ministra Damare Alves no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos?

Desde antes de ser eleito, o Presidente Jair Bolsonaro se manifesta de forma contrária e desdenhosa sobre os direitos humanos. Podemos ir além, toda a campanha de Jair Bolsonaro foi construída a partir de sua oposição aos direitos humanos. Essa postura continua presente e inabalada em seu governo e é cuidadosamente articulada pela Ministra Damare Alves. Mas, precisamos entender o que Bolsonaro percebe por direitos humanos, pois esse entendimento é conflituoso com aquilo historicamente desenvolvido como direitos humanos e garantido pelo direito internacional e constitucional brasileiro desde a Constituição de 1988.

O discurso bolsonarista busca associar os direitos humanos aos “criminosos” (aqueles que roubam de quem produz), “vagabundos” (aqueles que não produzem) ou “desviados” (aqueles que, além de improdutivos, são também promíscuos e colocam em risco os valores tradicionais da sociedade). O que Bolsonaro busca fazer com isso é criar uma cisão artificial dentro da sociedade, e opor a parte “problemática” da sociedade, detentora de direitos, à parte virtuosa composta pelos “cidadãos de

bem” que trabalham duro, são honestos, e injustamente pagam impostos para sustentar os “vagabundos” e os “bandidos”. Perceba que isso é tudo uma estratégia retórica populista que promove uma visão alternativa e simplória dos direitos humanos. Esse projeto tem dois aspectos mais sólidos. O primeiro é o aspecto moral religioso, que busca homogeneizar a sociedade brasileira aos moldes de um fundamentalismo religioso cristão-evangélico. O segundo busca favorecer os interesses do grande capital privado, financeiro e industrial, através do desmonte do Estado pela privatização, desregulamentação e política de austeridade radicais.

Veja, direitos humanos abarcam tanto os direitos civis e políticos - como o direito à livre manifestação, ao sufrágio universal e à propriedade - como os direitos sociais, econômicos e culturais - que engloba os direitos trabalhistas, à saúde e à educação, por exemplo. Todos estes direitos foram desenvolvidos para conciliar interesses privados, políticos e econômicos, com condições mínimas de proteção a toda a população, principalmente os mais afetados pela histórica desigualdade da sociedade brasileira. Ou seja, os direitos humanos servem para buscar um equilíbrio, um balanço mínimo entre as liberdades de entes privados e a proteção social dos grupos vulneráveis. Por último, os direitos humanos servem para manutenção da própria democrática através dos chamados direitos políticos (de eleger e ser eleito), que é o que garante eleições periódicas, livres e

diretas. Bolsonaro está pondo tudo isso em risco. Está aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres e grupos minoritários pela redução de proteção, regulação e fiscalização. Ou seja, está tirando o Estado da jogada, e deixando essas pessoas desamparadas em um momento de alto desemprego, baixo crescimento econômico e aumento da desigualdade. É isso que Bolsonaro e Damares tem feito até aqui.

Fundação Podemos: Recentemente, na famosa divulgação da reunião ministerial de 22 de abril de 2020, presenciamos a fala do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, referindo-se à inexistência de povos indígenas ou negros no Brasil. Ou seja, o Ministro se manifestou dizendo que sentia ódio a essas terminologias por entender que só haveria um povo no território do Brasil; isto é, o povo brasileiro. O senhor concorda com essa concepção do Ministro Weintraub?

Veja, está tática de negar a alteridade dos povos indígenas não é nova e já vestiu muitas roupas: a do proselitismo religioso no Brasil colônia e a do projeto integracionista no século XX, por exemplo. Esta última buscava “integrar” os indígenas à nação brasileira e permitir que os Indígenas colhessem os “frutos” do desenvolvimento econômico e político (mais “evoluídos” que a condição econômica e política dita “primitiva” dos

indígenas). Sabemos que a integração, apesar de suas promessas, na verdade, gerou morte e marginalização. O que houve na prática foi o seguinte: eu te integro ao meu mundo, mas nele você não vai ser igual a mim, você vai ser sempre “o outro” e ocupar as posições marginais, que ninguém aqui quer ocupar. Então esta é a integração que de fato ocorreu, a integração nas margens. É isso que o governo Bolsonaro está tentando reviver. Mas temos que lembrar que a Constituição de 1988, no artigo 231, rompeu com isso de forma muito clara. Determinou que o Estado tem o dever (veja, não é uma opção, é um dever jurídico) de demarcar as terras indígenas e permitir que os indígenas vivam como bem entenderem - deixando aberta a possibilidade de participarem da sociedade brasileira se e como quiserem. É isso que significa ser um povo Indígena para a Constituição, poder escolher como viver sua vida e ter acesso aos recursos necessários para isso, o que acontece por meio das terras demarcadas. Quando o Ministro Weintraub questiona a condição de indígena como povo, ele usa um artifício retórico ideológico. Preste atenção, ele coloca a ideia de povo indígena em direta oposição a ideia de povo brasileiro, como se ser indígena implique numa ameaça ao ser brasileiro. Isso é populismo puro, uma bobagem completa, mas uma bobagem perigosa. Temos que ficar atentos ao que está por trás dessa retórica e a quem essa retórica interessa. O que está por trás é a volta do assimilacionismo, a destruição da identidade indígena e a apropriação dos territórios e recursos que pertencem e

sempre pertenceram a estes povos muito antes de a gente chegar aqui. Esse projeto interessa a grupos poderosos, como a indústria extrativa e de energia, além de setores do agronegócio.

Fundação Podemos: Como o senhor avalia as políticas atuais de proteção dos povos indígenas no Brasil? Se pudesse fazer uma espécie de diagnóstico delas, estaríamos em um caminho positivo ou negativo na proteção? E quanto à demarcação de terras?

Temos as normas e a Constituição estabelecendo uma proteção jurídica bastante sofisticada aos povos indígenas de um lado, e o esvaziamento institucional, do outro. Esta é a tática que governo Bolsonaro usa para lidar com povos indígenas. Destruindo a FUNAI e a SESAI (responsável pela saúde indígena), perseguindo seus servidores, retirando ou modificando suas competências. Na outra frente tenta empurrar projetos de lei que facilitem a venda e mesmo a revisão de terras indígenas, tudo contra a Constituição. Quanto às demarcações, estão paralisadas apesar de o artigo 67 do ADCT da Constituição de 1988 ter estabelecido o prazo de 5 anos para que todas as terras fossem demarcadas. Esse prazo venceu em 1993. No governo Bolsonaro não se demarcou uma terra que seja. Foi o presidente que menos demarcou

na história brasileiro pós-constituição de 1988. Mas veja, não há novidade aí. Esta foi uma promessa de campanha que ele está cumprindo, ainda que ao arrepio da lei e da Constituição.

Fundação Podemos: Em relação ao comprometimento do Brasil aos compromissos internacionais de direitos humanos, qual seria sua avaliação? O Brasil tem cumprido com as sentenças internacionais e com suas contribuições orçamentárias?

O Brasil, em conjunto com outros líderes autoritários no ocidente (como Trump, Duterte e Orban), criou um espantalho chamado "globalismo". O globalismo seria, se de fato existisse, uma ideologia arquitetada por uma elite de burocratas "esquerdistas", no nível global, com a intenção de corromper a cultura "verdadeira", e a identidade nacional dos países. Segundo esta ficção, os direitos humanos seriam a língua do globalismo. Estou retomando isso para dizer que o Brasil, no governo Bolsonaro, não está preocupado em cumprir decisões de cortes internacionais ou cooperar com organizações internacionais, como a ONU e OEA. Está preocupado em combatê-las e em negar seus efeitos jurídicos sobre o Estado brasileiro, porque defende que elas são responsáveis pelo globalismo. Essa cruzada contra o espantalho "globalista" permite que o Brasil de Bolsonaro seja

um campeão em violar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil sem se preocupar com as consequências. Isso tem um impacto diplomático e outro jurídico. O primeiro é que o Brasil sempre teve um papel ativo nas instituições internacionais de direitos humanos, e sempre foi respeitado por isso. Com isso, o Brasil perde credibilidade diplomática: muitos países passaram a olhar o Brasil com desconfiança e com desdém. Nos tornamos não só uma piada, mas um párea internacional. O segundo é o aspecto jurídico. Descumprir tratados tem consequências jurídicas. Apesar de o direito internacional conferir muita autonomia aos Estados, também confere responsabilidade. Nos próximos anos (e até décadas) veremos centenas de denúncias contra o Estado brasileiro chegar às instituições internacionais, e o Brasil terá que responder por isso independentemente de quem esteja no governo quando isso acontecer. Por fim, vale ressaltar uma tática do governo brasileiro, que apesar de não ter sido inventada pelo governo Bolsonaro, tem aplicada por ele com maestria. É a tática do subfinanciamento. Isso significa que o governo dá literalmente um “calote” nas instituições internacionais que dependem do financiamento dos Estados-membros para manter seu orçamento. A ideia por trás é mandar um recado, “se você me expuser perante a comunidade internacional, eu corto a fonte da sua existência”.

Fundação Podemos: Como o senhor avalia o desempenho do Brasil no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos?

Ver abaixo.

Fundação Podemos: Como o senhor avalia o desempenho do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU?

Recentemente não houve casos contra o Brasil julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, então ainda não se sabe como o governo Bolsonaro irá reagir quando isso acontecer, mas podemos esperar pelo pior. Em 2019, o governo já mandou seu recado, através de uma carta conjunta com Chile, Paraguai, Colômbia e Argentina pedindo mais autonomia perante o SIDH. Como eu disse, isso foi um recado, um aviso tanto à Comissão quanto à Corte Interamericana de Direitos Humanos para tomarem cuidado com esses países. Assim como a tática do subfinanciamento, este tipo de medida busca intimidar os órgãos do Sistema Interamericano para que não façam o seu trabalho. Há algumas semanas, em 22 de julho de 2020, foi a vez do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O Brasil votou com governos pouco ou nada democráticos como China, Cuba, Venezuela, Irã e Síria para reduzir o papel de monitoramento do Conselho sobre eventuais abusos e violações do

Estado. Em resumo, o governo Bolsonaro tem buscado enfraquecer as instituições internacionais em companhia de países autoritários e ditatoriais.

Fundação Podemos: Muito se tem falado que o Brasil tem pautado suas discussões sobre direitos humanos de acordo com um prisma fragmentário e segmentado. Ou seja, que, na realidade, os direitos humanos estariam pautados por uma agenda mais conservadora vinculada a grupos religiosos. O senhor concorda com isso?

Pois é, esta é uma pergunta importante e se insere no mesmo contexto que eu apresentei anteriormente, o da criação do espantalho do globalismo, que agora precisa ser combatido pelos “guardiões da moralidade” e da “tradição ocidental”, dentre os quais o Brasil se coloca como um dos principais defensores, ao lado de países como Estados Unidos, Hungria e Polônia. Isso é de uma bobagem sem tamanho. Não há uma fonte mais concreta aos direitos humanos que a tradição ocidental. O que estes países defendem, na verdade, é uma agenda autoritária, populista e reacionária (veja, prefiro usar a palavra reacionária à conservadora, pois há conservadores que não são autoritários) que eles têm buscado traduzir para uma linguagem de direitos. Nesse sentido, o direito de oprimir outras religiões,

como as de matriz africana, torna-se um direito ao exercício da liberdade religiosa de grupos cristãos fundamentalistas. Isso equipara esses grupos a grupos fundamentalistas como o estado islâmico. Um outro exemplo é o direito de propagar informações não somente inverídicas, como também perigosas e até criminosas é travestido de direito à liberdade de expressão. Vemos isso cotidianamente com a disseminação massiva de notícias falsas pelo próprio presidente. Um outro exemplo é o direito de reunião e à livre manifestação garantido aos partidários do presidente, mas negado a seus opositores. Todo jurista aprende desde o primeiro ano de formação que não existe direito absoluto, que os direitos colidem e que há que se buscar soluções ponderadas, compatíveis com o Estado de direito, plural e democrático. Na linguagem bolsonarista de direitos, vemos a promoção de direitos absolutos e incontestes. Vemos um sequestro de categorias jurídicas do campo dos direitos humanos e fundamentais, que, após serem descontextualizadas, são convenientemente preenchidas com um conteúdo alternativo, favorável à ideologia do governo.

Fundação Podemos: Se pudesse comparar brevemente os governos de FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, quais seriam os pontos principais que destacaria em relação à promoção e proteção dos direitos humanos?

Veja bem, todos os governos anteriores tiveram problemas, maiores ou menores, com a pauta dos direitos humanos, cada qual ao seu modo. O que se tem que entender é que dificilmente um governo vai assumir, dar o braço a torcer internacionalmente e assumir que viola direitos humanos, que oprime parte da população. É ruim para sua gestão, é ruim para a economia e é ruim para uma possível reeleição. Com FHC, Lula, e Dilma não foi diferente. Só para citar um exemplo, veja a tragédia ambiental e humanitária causada pelas obras da usina hidroelétrica de Belo Monte, no Pará. Nessa ocasião Dilma teve uma reação equivocada e convocou seu embaixador da OEA após a CIDH outorgar uma medida cautelar em favor dos povos do Rio Xingu e contra o Estado brasileiro, pedindo a paralisação temporária da obra até que as comunidades indígenas e ribeirinhas afetadas fossem consultadas. Dilma errou, assim como todos esses governos erraram e violaram direitos humanos em algum momento, mas também acertaram e melhoraram a situação de direitos humanos em outros. Em resumo, não eram governos perfeitos, mas eram governos que respeitavam as regras da democracia. Além disso, todos esses governos buscaram, mais à direita ou mais à esquerda, pôr em prática o projeto da Constituição de 1988. O que vemos hoje com Jair Bolsonaro é sem precedentes na história do Brasil. Temos, em curso, um projeto de devastação das políticas

públicas de educação, saúde, saneamento, meio ambiente, proteção ao trabalhador e previdência. Tudo que é público, está ameaçado se já não estiver destruído. Temos no poder um governo que ameaça a estabilidade institucional e o equilíbrio entre os poderes cotidianamente. O projeto de Brasil da Constituição de 1988 nunca esteve tão ameaçado.

Fundação Podemos: Numa perspectiva para o futuro, o senhor está otimista em relação à proteção e promoção dos Direitos Humanos no Brasil? Quais seriam os pontos fundamentais que deveríamos nos focar para que pudessemos avançar?

Veja, primeiramente não há como ser otimista agora, pois o que anda mal tende a piorar. Repare que disse tende, pois não há determinismo na história. O rumo dos eventos históricos é condicionado pelas circunstâncias do presente, mas não é determinado por elas. O próprio Bolsonaro não foi antecipado pela maioria dos analistas e estudiosos da política. Nesse sentido, os partidos políticos, os parlamentares, os movimentos sociais, a sociedade civil organizada e as instituições do Estado brasileiro, como o ministério público e o poder judiciário, têm o dever de buscar alternativas jurídicas e políticas para sairmos do buraco que nos encontramos. Isto envolve barrar projetos

de leis que ameacem a democracia e direitos humanos e promover projetos no sentido contrário; promover movimentos políticos radicalmente democráticos; promover ações judiciais contra medidas antidemocráticas do governo; denunciar o governo nos foros internacionais, dentre outras. A única alternativa, hoje, é que esse conjunto de pessoas e instituições, públicas e privadas, combata pontual e cotidianamente todas as medidas arbitrárias do atual governo. Contudo, os movimentos sociais e partidos políticos têm uma responsabilidade especial: a de oferecer alternativas políticas também no longo prazo e por isso devem se preparar para as disputas eleitorais de 2022 e propor projetos políticos compatíveis com a constituição de 1988 e os direitos humanos, que possam efetivamente afastar o projeto político de Jair Bolsonaro e os riscos sem precedentes por ele apresentados ao povo brasileiro.

Biografia



Bruno Pegorari

Doutorando em tempo integral em direito internacional na Universidade de Nova Gales do Sul (UNSW) em Sydney na Austrália, contemplado com a bolsa Scientia pela mesma instituição. Mestre em direito internacional e comparado pela Universidade de São Paulo (FDUSP) com bolsa do Fundo Sasakawa (SYLFF) Tokyo, Japão. Entre 2016 e 2018, foi pesquisador associado do Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV DIREITO SP). Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



fundação podemos
política para todos

